



REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1. Desde 2016 que o CDS-PP não ignora – nem se silencia perante – a degradação da situação política, económica e social da Venezuela, resultante da escassez de alimentos, da insuficiência de medicamentos e da suspensão do fornecimento de energia; e da grave crise económica em relação à qual o regime não é obviamente alheio.

2. Os acontecimentos recentes testemunham uma degradação da situação económica, social e humanitária sem precedentes, arrastando consigo o povo venezuelano, mas também os mais de 400.000 portugueses e lusodescendentes que lá residem. Fome, miséria, supermercados vazios, crianças subnutridas, falências em 90% das empresas nacionalizadas ou expropriadas, queda de 50% na produção média e perdas generalizadas, escassez de 90% em bens essenciais, índices de criminalidade – que já lideravam a lista dos países mais violentos do mundo – apresentam hoje valores abissais, milhares de pessoas em fuga, num movimento em muitos aspetos comprável à crise migratória na Europa (2,3 milhões de saídas segundo dados divulgados pela ONU). A estes problemas pode aduzir-se ainda a hiperinflação, que, segundo o FMI, poderá atingir um milhão por cento.

3. Não constante o Ministro dos Negócios Estrangeiros ter afastado a possibilidade de estarmos perante um êxodo de refugiados provenientes da Venezuela, foram mais de 2,3 milhões os venezuelanos que abandonaram o seu país, 10.000 dos quais cidadãos nacionais e lusodescendentes (até ao momento contabilizados), concentrando-se sobretudo na Região Autónoma da Madeira. Note-se que a Associação das Comunidades de Imigrantes Venezuelanos na Madeira tornou público, pela voz da sua vice-presidente, que são cada vez mais os lusodescendentes e venezuelanos a chegar à Ilha da Madeira e a recorrer à mesma associação para que esta os apoie no processo de imigração ou de aquisição de nacionalidade.

4. O Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas aventou, no passado dia 21 de agosto, em declarações públicas, a intenção do Governo em lançar um plano com vista a

informar os cidadãos nacionais e lusodescendentes sobre as oportunidades de emprego que existem em Portugal.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta.

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Qual o número exato de saídas registadas pelos serviços consulares na Venezuela e nos países limítrofes sul-americanos de cidadãos nacionais ou lusodescendentes, com origem na Venezuela?

2- Qual o número exato de chegadas ao território nacional de cidadãos nacionais e lusodescendentes venezuelanos?

3- Qual o número total de cidadãos lusodescendentes venezuelanos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa?

4- Quantos processos de concessão de nacionalidade se encontram pendentes? Existem, ou não?

5- Considera o Governo suficiente o apoio consular para um possível aumento da procura por parte de portugueses e lusodescendentes?

6- Que montante financeiro de apoio a portugueses e lusodescendentes foi despendido até ao momento?

7- Tendo em conta o agravamento da situação económica e social na Venezuela, considera o Governo suficientes as verbas de apoio social (medicamentoso, habitacional)? Tenciona reforçar esses mesmos apoios?

Palácio de São Bento, 30 de agosto de 2018

Deputado(a)s

TELMO CORREIA(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)